

A PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: BREVES CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS

Francisca Helena de Oliveira Holanda¹

Helena Freres²

Laurinete Paiva Gonçalves³

Resumo

Este artigo apresenta uma breve discussão acerca da Pedagogia das Competências como tendência atual no campo da formação dos professores, com o intuito de que estes formem indivíduos que atendam às exigências do mercado de trabalho na sociedade contemporânea. O termo competências ganhou força na década de 1990, principalmente a partir das reformas educacionais ocorridas no Brasil para atenderem às demandas do processo de reestruturação produtiva do capital. Para a análise da temática, lançou-se mão dos seguintes autores: Rios (2002), que é defensora da Pedagogia das Competências; Ramos (*apud* Nomeriano, 2005), que tece uma crítica acerca dessa pedagogia, porém sua crítica se esbarra nos limites do capital; por fim, Nomeriano (2005), que faz a crítica da crítica à luz do referencial teórico marxiano, que é o referencial adotado neste artigo. Além dessas três autoras, mencionam-se Hirata (1994), apontando a pedagogia das competências como um mecanismo utilizado pelo capital para a cooptação psíquica dos trabalhadores; Jimenez (2003), que faz uma crítica dos rebatimentos dessa pedagogia no campo da formação docente; Antunes (2005), de cujos trabalhos pode-se concluir que a referida pedagogia é uma das artimanhas do capital para reproduzir-se como sistema vigente, modificando o mundo do trabalho e exigindo um novo perfil de trabalhador; por fim, Tonet (2003), que propõe o desenvolvimento de atividades emancipadoras que apontem para a superação do capital, o que constitui a tarefa do professor.

Palavras-chaves: educação; mercado de trabalho; Pedagogia das Competências.

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Ceará, Linha Marxismo, Educação e Luta de Classes. Pesquisadora colaboradora do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário da Universidade Estadual do Ceará -IMO/UECE. E-mail: hramcysca@yahoo.com.br

² Mestra em Educação. Professora da Faculdade de Educação da UFC. Pesquisadora colaboradora do IMO/UECE. E-mail: helenafreeres@hotmail.com

³ Pedagoga. Professora da rede pública de ensino do Ceará. Pesquisadora colaboradora do IMO/UECE. E-mail: laurinetepedagoga@yahoo.com.br

LA PEDAGOGÍA DE LAS COMPETENCIAS Y LA FORMACIÓN DE PROFESORES: BREVES CONSIDERACIONES CRITICAS

Resumem

El artículo presenta una breve discusión sobre la Pedagogía de las Competencias como tendencia actual en el campo de la formación de profesores, con el objetivo de que ellos formen personas de acuerdo con las exigencias del mercado de trabajo en la sociedad contemporánea. La palabra competencias ganó fuerza en los años de 1990, sobretodo a partir de las reformas educacionales ocurridas en Brasil para cumpliren con las demandas del proceso de reestructuración productiva del capital. Para el análisis del asunto, se busca la contribución de los siguientes autores: Rios (2002), que es defensora de la Pedagogia de las Competencias; Ramos (*apud* Nomeriano, 2005), que hace una crítica sobre esa pedagogia, pero su crítica se tropeza con los límites del capital; por fin, Nomeriano (2005), que hace una crítica de la crítica de acuerdo con el referencial teórico marxiano, que es el referencial adoptado en este artículo. También se menciona Hirata (1994), apontando la pedagogia de las competencias como um mecanismo del capital para convencimiento psíquico de los trabajadores; Jimenez (2003), que hace una crítica de los rebatimientos de esa pedagogía en el área de la formación de profesores; Antunes (2005), de cuyos trabajos se puede concluir que la sobredicha pedagogía es una artimaña del capital para reproducir-se como sistema vigente, modificando el mundo del trabajo y haciendo exigencias sobre la formación de un otro tipo de trabajador; por fin, Tonet (2003), que propone actividades emancipadoras que aponten para la superación del capital. Esto es la tarea de los professores.

Palabras llaves: Educación; mercado de trabajo; Pedagogía de las Competencias.

Este artigo apresenta uma breve discussão acerca da Pedagogia das Competências como tendência atual no campo da formação dos professores, com o intuito de que estes formem indivíduos que atendam às exigências do mercado de trabalho na sociedade contemporânea.

O termo competências ganhou força na década de 1990, principalmente a partir das reformas educacionais ocorridas no Brasil para atenderem às demandas do processo de reestruturação produtiva do capital.

Para tecermos a análise da temática, utilizaremos os seguintes autores: Rios (2002), que é defensora da Pedagogia das Competências; Ramos (*apud* Nomeriano, 2005), que tece uma crítica acerca dessa pedagogia, porém sua crítica se esbarra nos limites do capital; por fim, Nomeriano (2005), que faz a crítica da crítica à luz do referencial teórico marxiano, que é o referencial adotado neste artigo. Além dessas três autoras, utilizaremos Hirata (1994), apontando a pedagogia das competências como um mecanismo utilizado pelo capital para a cooptação psíquica dos trabalhadores; Jimenez (2003), que faz uma crítica dos rebatimentos dessa pedagogia no campo da formação docente; Antunes (2005), de cujos trabalhos podemos concluir que a referida pedagogia é uma das artimanhas do capital para continuar como sistema vigente, modificando o mundo do trabalho e exigindo um novo perfil de trabalhador; por fim, Tonet (2003), que propõe o desenvolvimento de atividades emancipadoras que apontem para a superação do capital – o que constitui a tarefa do professor. Vale enfatizar que Nomeriano, Jimenez, Hirata, Tonet e Antunes são autores marxistas que fundamentarão este artigo.

Em verdade, a Pedagogia das Competências é um termo surgido no contexto da crise estrutural desse sistema, em decorrência de formação de um “novo” trabalhador que precisava adequar-se às exigências da produção, substituindo, por esse motivo, o termo *qualificação*.

A mudança de produção deveu-se ao esgotamento do modelo taylorista/fordista e à necessidade de substituição desse modelo de gerenciamento técnico-científico por outro denominado toyotismo. Em outras palavras, o toyotismo exigiu uma requalificação dos trabalhadores devido à nova divisão internacional do trabalho no sistema capitalista, que demandou a utilização de mão-de-obra barata e de matérias-primas de fácil aquisição.

Nesse sentido, o binômio taylorismo/fordismo exigia um trabalhador parcelar, fragmentado, que detinha conhecimento somente na sua área de atuação. Como desempenhava apenas uma função específica dentro do processo de produção, esse trabalhador não necessitava, por isso, de conhecimentos específicos de todo o processo, bastando, apenas, ser treinado para aquela determinada função e, assim, sendo facilmente substituído. Por esse motivo, o termo qualificação era adequado ao perfil do trabalhador exigido por esse modelo, pois esse conceito de qualificação tinha como base a construção de conhecimentos profissionais e era definida pelo saber e pelo saber-fazer adquiridos no trabalho.

Em contraposição a esse modelo, tornado obsoleto, o toyotismo surgiu como resposta à crise estrutural do capital, que precisava buscar novas possibilidades de continuar como sistema social vigente. Por esse motivo, o modelo anterior não era mais pertinente num contexto histórico que passa por “situações” de desemprego e subemprego e que exige, de acordo com a lógica do capital, prolongamento dos estudos, voltados para o mercado de trabalho – por isso, o conceito de qualificação não era mais adequado. Assim sendo, o toyotismo visava à formação de um trabalhador de um novo tipo: polivalente, multiqualificado, competente, multifuncional e inteligente emocionalmente.

Jimenez (2003, p. 4) lembra que esse novo modelo pretendia formar

[...] o novo trabalhador que deve, principalmente, saber-ser, polivalente no trato de novos instrumentos de trabalho, ágil e flexível no raciocínio e na tomada de decisões, além de mostrar-se também harmonioso, cooperativo e emocionalmente equilibrado (inteligência emocional?)⁴.

Partindo desse pressuposto, o termo competências vem servindo ao capital como um mecanismo utilizado para a preparação da força de trabalho e como justificativa para o fato de que, cada vez mais, os trabalhadores vêm perdendo seus postos de trabalho e caindo na informalidade, necessitando, por esse motivo, recorrer a programas assistencialistas. Como dissemos, o termo competências se ajusta à necessidade do capital de diminuir o trabalho vivo no processo de produção para aumentar a produtividade com menores custos, ganhando visibilidade no contexto de elevados índices de desemprego. Assim, de acordo com essa lógica, o conceito de competências pressupõe a integração entre

⁴Grifos da autora.

formação e trabalho, valoriza as aptidões pessoais, os saber-fazer gerais (saber-dialogar, saber-negociar, saber-utilizar as diferentes tecnologias etc.)⁵.

Nessa lógica, os diplomas validam saberes, ao passo que a lógica das competências remete a uma mistura de saber e de comportamento que confere um lugar preponderante ao saber-ser e ao investimento psicológico. Por isso, Hirata (1994, p. 133) afirma que a “[...] competência remete a um sujeito e a uma subjetividade e nos leva a interrogar sobre as condições subjetivas (e intersubjetivas) da produção”. O modelo de competências, pois, recorre à mobilização psíquica dos trabalhadores e não mais somente aos seus conhecimentos. Lerolle (apud Hirata, 1994, p. 113), nesse mesmo sentido, aponta que

A referência às aptidões pessoais necessárias aos empregos não é certamente uma novidade. Parece, entretanto, que a parte destas capacidades gerais e mal definidas tende a crescer com a aceleração das variações da organização e das atribuições de cargos. Quanto menos os empregos são estáveis e mais caracterizados por objetivos gerais, mais as qualificações são substituídas por “saber-ser”.

Antunes (2005, p. 23), acerca dos rebatimentos das transformações no mundo do trabalho, decorrentes da crise estrutural do capital, afirma que foram tão intensas essas modificações que a classe trabalhadora “sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento desses níveis, afetou a sua forma de ser”.

Como foi dito, como tentativa de sair da crise, o capital vem buscando diversos mecanismos para continuar como sistema vigente. Para isso, utiliza diversos complexos sociais para disseminar as idéias e os valores da classe dominante. Dessa forma, a educação não poderia ficar alheia a essa reestruturação, visto que ela está inserida numa totalidade social. Assim, sua função preponderante nesse momento histórico vem se constituindo como um espaço favorável à transmissão dos conhecimentos necessários ao processo produtivo e à cooptação das subjetividades.

⁵PERRENOUD, Phillipe. **Construindo competências**. Entrevista disponível no site www.unige.ch/fapese/SSE/teachers/perrrenoud/php_main/php_2000/2000_31.html. Acesso em 29.03.2008

Assim sendo, a formação de professores tem como um de seus paradigmas a lógica do modelo de competências. Em relação a esse modelo, Rios (2002, p. 168-169) defende quatro dimensões da competência na formação de professores: técnica, política, ética e estética. Para a autora, a competência técnica refere-se à capacidade que o professor deve ter de lidar com os conteúdos – conceitos, comportamentos, atitudes – e habilidades de construí-los com os alunos. Já a dimensão política envolve a participação coletiva da sociedade no exercício dos direitos e deveres. Quanto à competência ética, esta diz respeito à orientação da ação, fundada no princípio do respeito e da solidariedade na direção da realização de um bem coletivo. A estética, por sua vez, trata da presença da sensibilidade e da orientação numa perspectiva criadora. A soma dessas competências constitui-se no que a autora define como um conjunto de saberes de boa qualidade.

Em relação a essas competências, a autora afirma que, quando se fala em competência no trabalho docente, “Não se trata de uma sensibilidade ou de uma criatividade, mas de um movimento em direção à beleza, aqui entendida como algo que se aproxima do que se necessita concretamente para o bem social e coletivo.” (RIOS, 2002, p. 168)

Ramos apud Nomeriano (2005, p. 85) critica esse modelo de competências situando-o no campo da política. Para a autora, a noção de competências envolve três aspectos:

- a) reordenar conceitualmente a compreensão da relação trabalho-educação, desviando o foco dos empregos, das ocupações e das tarefas para o trabalhador em suas implicações subjetivas com o trabalho;
- b) institucionalizar novas formas de educar, formar os trabalhadores e de gerir o trabalho intermitente às organizações e no mercado de trabalho em geral, sob novos códigos profissionais em que figuram as relações contratuais de carreira e de salário;
- c) formular padrões de identificação da capacidade real do trabalhador para determinada ocupação, de tal modo que possa haver mobilidades entre as diversas estruturas de empregos em nível nacional e, também, em nível regional.

Acreditando criticar esse modelo de competências, Ramos propõe três pontos principais de consenso em relação ao sistema de competências: necessidade de acordo, necessidade de gerência e necessidade de igualdades. Para ela, a necessidade de acordo visa “reconhecer competências ou a competência profissional de um indivíduo que não esteja baseada somente nos

diplomas educacionais”. Para tanto, os sistemas educacionais devem ser geridos, segundo a autora, “no sentido de desenvolver competências profissionais”. E, ainda, há a necessidade “de se oferecerem aos indivíduos, incluindo os desempregados, iguais oportunidades de desenvolver suas competências ao longo de uma carreira” (RAMOS apud NOMERIANO, 2005, p.85).

Defende a autora que as competências podem contribuir para a transformação da realidade social e sugere que

A noção de competência, muito além de ser apropriada acriticamente pela sociedade brasileira, levando-a à condição de senso comum, deve apresentar-se como objeto de análise crítica pelos educadores, trabalhadores e todos os demais intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, com o fim de seu real significado e a essência do fenômeno a que faz referência. É preciso colocar a noção de competência sobre o crivo de outras ideologias e, então, reconstruir seu significado não só de forma coerente com a realidade brasileira, mas no sentido de valorizar as potencialidades humanas como meio de transformação dessa realidade e não de simples adaptação a ela. (ibid, p. 88)

Nomeriano (2005) faz uma crítica da crítica ao modelo de competências. A autora, partindo da relação entre trabalho e educação na perspectiva marxiana, afirma que alguns autores compreendem os problemas existentes nessa relação como inseridos na via democrática, rumo ao socialismo, à medida que defendem a formação para a cidadania e a luta pela ampliação dos direitos. Assim sendo, a crítica que Ramos faz está inserida numa perspectiva limitada, não apontando para a superação do capital. Dessa forma, a discussão do modelo de competências sem uma crítica radical limita-se ao campo da gnosiologia. Defendemos a posição de que é somente com a superação do capital que os indivíduos poderão ser formados numa dimensão de totalidade.

O principal representante da pedagogia das Competências, Phillipe Perrenoud, um dos autores mais lidos pelos educadores brasileiros, segundo a Revista Nova Escola de agosto de 2002, faz parte do conjunto de autores tidos como os novos pensadores da educação contemporânea. O que nos chama a atenção é que ele aborda o ofício de professor em seu cotidiano em sala de aula. O autor propõe um receituário das competências que contribuem para delinear a atividade docente que, segundo ele, tem como propósito falar de competências profissionais, privilegiando aquelas que emergem atualmente. Nesse sentido, enfatiza o que está mudando e, portanto, as competências que representam o

saber-fazer do professor em detrimento do conhecimento universal produzido pela humanidade.

O autor defende a idéia de que a competência surge na escola como resposta “a um problema antigo: o de transferir conhecimentos”⁶. Nessa afirmação, ele critica a escola porque esta não faz uma ligação dos conhecimentos transmitidos com a própria vida do educando. É o saber prático voltado para o desenvolvimento de habilidades necessárias à resolução de problemas cotidianos, bem como àqueles saberes valorativos relacionados ao saber conviver com um desempregado, um imigrante, um portador de deficiência, uma mãe solteira, um jovem da periferia. Segundo Perrenoud, a competência é, então, “a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações etc.) para solucionar uma série de situações”⁷.

Visando educar sob a lógica das competências, o autor propõe uma mudança na postura e no papel do professor, que só pode ser possível se a escola diminuir o peso dos conteúdos para que o professor trabalhe os saberes fundamentais para a autonomia das pessoas (os diferentes saberes aos quais já fizemos referência no início deste texto). Quanto ao papel da sociedade nessa perspectiva, é necessário que haja uma definição acerca das competências que devem ser desenvolvidas no âmbito escolar, ou seja, o desenvolvimento das competências do educando corresponda a uma demanda do processo produtivo. O professor, nesse sentido, deve adequar a sua prática pedagógica para o desenvolvimento dessas competências e trabalhar com resoluções de problemas e elaboração de projetos.

É válido ressaltar que essa lógica acima descrita se coaduna com a perspectiva do conceito de empregabilidade e de empreendedorismo. Nessa perspectiva, o termo empregabilidade refere-se a um conjunto de saberes que o trabalhador deve ter para estar inserido no mercado de trabalho e garantir seu emprego, isto é, para ser colocado ou recolocado no mercado de trabalho e continuar nele. Assim, ser empregável é ter a capacidade de garantir um emprego

⁶PERRENOUD, Phillipe. **Construindo competências**. Entrevista disponível no site www.unige.ch/fapese/SSE/teachers/perrenoud/php_main/php_2000/2000_31.html. Acesso em 29.03.2008

⁷ Entrevista cedida à Revista Nova Escola, em agosto de 2002.

em qualquer organização empresarial, independentemente da demanda por emprego no mercado. Em outras palavras, diz respeito à capacidade que o indivíduo deve ter para se adequar às necessidades do mercado de trabalho. O empreendedorismo, por sua vez, segundo a lógica empresarial, não está relacionado apenas à capacidade do indivíduo de criar um empreendimento, mas vai além disso: está relacionado também com o mundo profissional para qualificar o indivíduo que é capaz de inovar sem medo de correr riscos e, casos estes apareçam, capaz também de solucioná-los de forma criativa. Em outras palavras, trata-se da livre iniciativa que os indivíduos devem ter para gerir seus próprios negócios ou criar novos postos de trabalho para si mesmos, tornando-se autônomos num contexto histórico em que o emprego com vínculo empregatício tende a ser cada vez mais escasso, e o número de desempregados, cada vez mais crescente. Dessa forma,

[...] educação visando o empreendedorismo não só se adequa à atual legislação em vigor no Brasil – no intuito de contribuir para a construção de habilidades e competências para o mercado de trabalho – mas também aborda de forma inquestionável um dos grandes pilares do conhecimento sintetizados pelo Relatório Delors⁸, o de “aprender a fazer”. Na hipótese de buscarmos alunos de fato mais criativos e empreendedores, devemos pensar sobre os moldes de uma educação inovadora, capaz de formar profissionais ativos e aptos a propor soluções criativas para sua própria empregabilidade⁹.

Nesta sociedade regida pelo capital, a lógica da educação é a lógica do mercado. Sob essa lógica, os indivíduos devem ser preparados para a flexibilização das relações de trabalho e a adaptação a tudo o que é imposto, além de garantirem um emprego para si. Nesse tipo de sociabilidade, a educação – que tem a função de mediar a consciência dos homens visando a sua reprodução – é um mecanismo poderoso no processo de reprodução das relações sociais alienadas. Nesta sociedade, o que se dissemina com maior profundidade através da educação são as idéias dominantes (e as idéias dominantes são as idéias da classe dominante). A empregabilidade – e o empreendedorismo, bem como a pedagogia das competências – é um desses mecanismos ideológicos de manipulação das consciências para enganar milhões de trabalhadores inculcando-lhes a idéia de que

⁸ Os pilares postos no Relatório Jacques Delors são: aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Aliás, os Ministros da Educação da América Latina e Caribe, em 2002, estabeleceram mais um pilar: aprender a empreender.

⁹ Pronunciamento “Empreendedorismo: Um Novo Passo em Educação”, da Unesco no Brasil. São Paulo, maio de 2004. O acesso a este texto ocorreu em 01 de agosto de 2007 e está disponível na página http://www.unesco.org.br/noticias/opiniao/index/index_2004/pitagoras/mostra_documento

precisam lutar muito para garantirem um lugar ao sol para si e para os seus. Por isso, a educação é posta hoje como um mecanismo que pretende calar a voz e impedir as ações dos indivíduos em direção a uma mudança radical na sociedade. Quanto aos problemas cuja resolução se atribui à educação, vale deixar claro que o maior problema da humanidade é a existência de um sistema de organização social que se sustenta sobre o trabalho explorado e a propriedade privada.

Podemos afirmar, então, que a ideologia da empregabilidade nasce dos porões da sociedade capitalista em seu processo de agonia, visando iludir os trabalhadores para que não percebam qual a origem do problema do desemprego. Além disso, apregoa que esta sociedade, a capitalista, representa o máximo de desenvolvimento ao qual a humanidade conseguiu chegar e que, portanto, o que cada um deve fazer é lutar para que todos tenham os seus direitos respeitados. Assim, o capital, utilizando-se desses mecanismos, fortalece ainda mais a alienação do trabalhador, visto que a função da educação é atuar sobre as consciências para intensificar a exploração do trabalho de uma forma passiva e pacífica. Portanto, é necessário mascarar uma realidade de desemprego crônico e responsabilizar o indivíduo por um problema gerado pelo próprio capital em seu processo de acumulação. Em relação à educação e a pedagogia das competências, ela tem a função, nesta sociedade de classes, de contribuir com a disseminação de seus valores e interesses, apontando a questão da formação como o cerne da ocupação de uma vaga no mercado de trabalho, e a do professor como o responsável pela formação desse “novo”homem trabalhador. Dentro dessa lógica, a educação é posta como a panacéia que resolverá todos os problemas da humanidade. No entanto, o que alicerça a sociedade capitalista não é a educação, mas o trabalho tornado alienado. É, então, o trabalho particularizado na história, cuja matriz é a apropriação privada da riqueza, que torna uns homens escravos de outros.

A subordinação da escola aos interesses do mercado alcança o seu auge nas práticas pedagógicas atuais, nas quais se inserem, de forma extrema, o discurso da empregabilidade e do empreendedorismo – que visam incutir na mente dos trabalhadores de que estes são livres como o capitalista, já que poderão ser “empresários de si mesmos” – e a Pedagogia das Competências, que dissemina a preocupação com o saber-ser do trabalhador em tempos de desemprego estrutural. Assim, preparar os indivíduos para a ocupar uma vaga no mercado de trabalho, no

atual contexto histórico, é o objetivo da educação. As leis educacionais são modificadas para ajustá-los à lógica do capital. Sob essa lógica, a classe trabalhadora, despojada de tudo, busca na formação para o emprego a possibilidade de encontrar fontes de trabalho e renda, bem como aprender os conhecimentos necessários ao processo produtivo e, ainda, desenvolver as habilidades pessoais que o mercado de trabalho exige. Dessa forma, mesmo que os trabalhadores reúnam as competências necessárias para serem inseridos no mercado de trabalho, podem não conseguir a inserção por não terem desenvolvido o “saber-ser”. Este “saber-ser” é cada vez mais importante num contexto histórico em que o emprego ou o subemprego é a bandeira de luta principal – ou única – da luta dos trabalhadores.

Portanto, a função da educação, nessa sociedade, é, primordialmente, justificar as desigualdades geradas pelo capital, produzir consenso e conformidade na classe trabalhadora – já que ela acredita ser de sua inteira responsabilidade individual a busca pelos meios de sair da condição de miséria em que se encontra – e, ainda, fornecer as competências necessárias ao processo de produção. Em outras palavras, as necessidades de cada momento histórico de reprodução da forma social do capital tiveram, na preparação da força de trabalho, o fator preponderante no monitoramento das reformas ocorridas no espaço escolar e nas políticas educacionais como um todo. Dessa forma, empregabilidade, o empreendedorismo e a pedagogia das competências afinam-se com os interesses do capital, interesses que estão tão bem expressos nas declarações sobre educação ocorridas em nível mundial, desde a década de 1990, em cujos textos está posto o receituário do capital para a educação nos países periféricos, a exemplo da Declaração de Brasília, que trata da formação e da prática docentes.

Portanto, de acordo com a pedagogia das competências, os professores são considerados os responsáveis para formar os indivíduos em consonância com os valores, as habilidades e os conhecimentos que o capital necessita, o que, para a realização de tal tarefa, parte-se do pressuposto de que eles devem ser assim formados. A mudança no papel do professor deve abranger os seguintes aspectos: concessão de tempo para atividades que integrem as diversas disciplinas; disposição para aprender com a turma e com a experiência; proposição de tarefas complexas e desafios que incitem os alunos a mobilizar seus conhecimentos; percepção de que ele é um organizador de situações didáticas e de atividades que

tenham sentido para os alunos, envolvendo-os e gerando aprendizagens fundamentais. Nesse sentido, o objetivo da ação do professor não é transmitir o conhecimento historicamente acumulado pela humanidade. A ênfase da ação docente é dar aos alunos as fermentas para compreender o mundo e agir sobre ele.

Com apoio em Jimenez (2003), criticamos o papel que a escola assume, nesse atual momento histórico, para atender, predominantemente, aos interesses do capital, por fornecer os conhecimentos necessários ao mundo da produção e por buscar manter a classe trabalhadora num patamar de subserviência ao sistema orgânico do modo de produção capitalista. Jimenez (2003, p. 7), nesse sentido, aponta que, em relação à lógica das competências,

Essa concepção transmite-nos a falsa e cômoda ilusão de que a luta pela construção das condições de bem estar social trava-se, fundamentalmente, na intimidade e no silêncio de nossos corações, considerando as eloqüentes lições da história sobre o papel essencial da luta política, coletiva, no processo de transformação da ordem social que nega essas mesmas condições.

A autora acrescenta ainda que

O que nos parece claramente equivocado é o fato de que um programa de formação de professores obedeça a uma tal lógica tão escancaradamente conservadora e despolitizadora; debruce-se sobre um tal conteúdo parcial e descontextualizado, situando-o na esfera das obviedades mais banais, dos receituários mais surrados [...] em vez de pautar-se por uma outra lógica, autenticamente formativa, trata-se de um outro conteúdo crítico-analítico, inteligente, voltado para o reconhecimento das profundas relações entre a prática educativa e a materialidade histórico-social (ibidem, p. 8)

Tonet (2003, p. 214), nessa mesma perspectiva, aponta que, sob a lógica do capital, não há a menor possibilidade de realização de uma educação emancipadora, visto que ela, tendo esse sistema como base, necessariamente contribuirá, predominantemente, para a disseminação dos interesses da classe dominante, bem como dos saberes que ela necessita para a produção. Entretanto, o que é possível, nesta sociedade, é o desenvolvimento de atividades emancipadoras que norteiem a prática educativa numa visão de superação da ordem do capital. Assim, é somente numa sociedade emancipada – na qual o trabalho, matriz geradora da existência humana, estiver liberto dos grilhões do capital –, todo o sistema educacional será modificado para a reprodução social sem interesses de classes.

Segundo o autor (idem, ibidem),

Propor, hoje, uma “educação emancipadora” não pode passar da simples projeção de um desejo, de um discurso humanista abstrato. O que é possível fazer, hoje, a nosso ver, são atividades educativas que apontem no sentido da emancipação [...]. O conjunto da educação só poderá adquirir um caráter predominantemente emancipador à medida que a matriz da sociabilidade emancipada – o trabalho associado – fizer pender a balança para o lado da efetiva superação da sociabilidade do capital.

Essas atividades emancipadoras, de acordo com Tonet, necessitam que os educadores tenham conhecimento amplo e aprofundado do objetivo último da educação, tenham clareza quanto à natureza da crise estrutural do capital e dos seus rebatimentos na educação, domínio amplo dos conteúdos da área na qual trabalham, bem como dos conhecimentos e habilidades nos campos mais variados da atividade humana e, por fim, tenham a capacidade de articular as lutas dos educadores com as lutas mais gerais.

Em suma, a formação realizada nos marcos da sociabilidade capitalista não corresponde às reais necessidades dos trabalhadores e nem fortalecem a união destes para a superação do sistema, pois nem mesmo diante da crise mais catastrófica que o capital venha a sofrer, este não mudará por si só. Somente através de uma ação conduzida conscientemente pelos trabalhadores, a mudança do sistema será possível. Lembramos, com base nos autores que nortearam nosso trabalho na perspectiva da revolução, que é problemático pensar na humanização do capital. Como este sistema tem sua base na exploração dos homens pelos homens, não é possível uma sociedade liberta na qual a exploração seja menor. A nossa bandeira é a superação dessa exploração. Reiteramos, para concluir, o que pretendemos apontar neste trabalho: os homens são os demiurgos de sua própria história. Essa clara compreensão é revolucionária.

Bibliografia

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.

HIRATA, Helena. Da polarização das qualificações ao modelo da competência. In: FERRETTI, Celso João et. All. (org). **Tecnologias, Trabalho e Educação: um debate multidisciplinar.** Petrópolis: Vozes, 1994.

JIMENEZ, Susana Vasconcelos. **Consciência de classe ou cidadania planetária?** Notas críticas sobre os paradigmas dominantes no campo da formação do educador. Fortaleza, 2003 (mimeo).

NOMERIANO, Aline. **O modelo de competências e a educação do trabalhador: uma análise à luz da ontologia marxiana** (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Alagoas, 2005.

PERRENOUD, Phillippe. **Fala, Mestre!** Revista Nova Escola, 2002

RIOS, Terezinha Azeredo. Competência ou competências – o novo e original formação de professores. In: ROSA, Dalva Gonçalves; SOUZA, Vanilton Camilo (orgs). **Didática e práticas de ensino: interfaces com diferentes saberes e lugares formativos.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

TONET, Ivo. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana** (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, 2001.

_____. A educação numa encruzilhada. In: MENEZES, Ana Dorta de; FIGUEIREDO, Fábio (orgs). **Trabalho, Sociabilidade e Educação.** Fortaleza: Editora UFC, 2003.